

LEI N° 3.282/2017 3042/2017

**REVOGA A LEI MUNICIPAL N. 3037 DE 28 DE ABRIL DE 2015, E REORGANIZA A PROCURADORIA MUNICIPAL COM CRIAÇÃO DE CARGOS DE COMISSÃO ESPECIAL.**

DANIEL PEREIRA DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Butiá, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º.** A Procuradoria do Município se compõem de 01 (um) Procurador Municipal (a) e 2 (dois) Assessores Jurídicos (a).

**Art. 2º** A Procuradoria do Município tem competência para:

**I** - representar o Município em qualquer ação demanda ou processo, judicial ou extrajudicial, defendendo seus interesses;

**II** - promover a cobrança da dívida ativa do Município;

**III** - promover desapropriações e ou quaisquer outras demandas que visem o interesse do município, administrativa ou judicialmente;

**IV** - emitir pareceres, com abordagem jurídica e legal, sobre questões submetidas a exame pelo Prefeito, Secretários e demais titulares de órgão da administração pública municipal;

**V** - assistir o Município em transações administrativas bem como, em qualquer ato jurídico e ou administrativo que seja cientificado;

**VI** - assessorar na elaboração, redação ou exame de anteprojetos de leis, decretos, regulamentos, contratos, escrituras, convênios e demais atos jurídicos;

**VII** - orientar, mediante emissão de normativas a aplicação e incidência de leis e regulamentos;

**VIII** - promover a consolidação da legislação e uniformização da jurisprudência no âmbito da administração municipal;

**IX** - presidir os processos administrativos disciplinares, bem como, emitir parecer em sindicâncias, presididas pela respectiva comissão, antes da decisão do Prefeito Municipal.

**§ 1º** As matérias de maior complexidade e que possuem reflexo em decisões futuras do município, bem como, alteram situações postas, quando firmadas pelo Procurador e um dos Assessores Jurídicos, e homologadas pelo Prefeito, terão força normativa.



**§ 2º** O Procurador e Assessores Jurídicos (a) poderão solicitar a assessoria de servidores das mais diversas áreas da municipalidade, sempre buscando aperfeiçoar suas ações em prol do ente público.

**§ 3º** Sempre que a Procuradoria tomar conhecimento de demanda existente contra o município, administrativa ou judicialmente, deverá comunicar a secretaria envolvida no fato ensejador da ação, para adoção das medidas que entender necessárias.

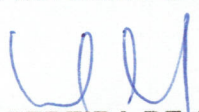
**Art. 3º** Revoga-se a Lei Municipal nº 3037 de 28 de abril de 2015.

**Art. 4º** Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**  
Em, 14 de novembro de 2017.

  
**DANIEL PEREIRA DE ALMEIDA**  
Prefeito Municipal

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE**  
Em, 14 de novembro de 2017.

  
**PAULO PEREIRA DE ALMEIDA**  
Secretário Municipal de Administração  
Interino